



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA**  
**ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**EDUCAÇÃO INFANTIL NUMA GESTÃO PARTICIPATIVA**  
**COMO FORMA DA APRENDIZAGEM DA CIDADANIA**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Elizabeth de Lima Ferreira**

**Fortaleza, CE, Brasil**  
**2011**

# **EDUCAÇÃO INFANTIL NUMA GESTÃO PARTICIPATIVA COMO FORMA DA APRENDIZAGEM DA CIDADANIA**

**por**

**Elizabeth de Lima Ferreira**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Lorena Inês Peterini Marquezan, Ms.**

**Fortaleza, CE, Brasil  
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização.

**EDUCAÇÃO INFANTIL NUMA GESTÃO PARTICIPATIVA COMO  
FORMA DA APRENDIZAGEM DA CIDADANIA**

elaborada por  
**Elizabeth de Lima Ferreira**

como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Comissão Examinadora**

**Lorena Inês Peterini Marquezan, Ms.**  
(Presidente/Orientadora)

**Hugo Antônio Fontana, Dr. (UFSM)**

**Celso Ilgo Henz, Dr. (UFSM)**

Fortaleza, 17 de setembro de 2011.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em especial a Deus, cuja força e poder incomparável foram imprescindíveis para chegar até aqui.

À minha família, pela paciência nas horas de minha ausência.

À minha mãe e a tia Maria, que sempre estiveram presentes durante toda minha vida.

À minha filha Elissandra, companheira durante as tarefas postadas nos últimos minutos.

Ao Ademir, que contribuiu com palavras de perseverança.

À professora Raquel e as amigas Carla Adriana e Theyson, pessoas importantes durante este percurso.

## RESUMO

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **EDUCAÇÃO INFANTIL NUMA GESTÃO PARTICIPATIVA COMO FORMA DA APRENDIZAGEM DA CIDADANIA**

AUTORA: ELIZABETH DE LIMA FERREIRA  
ORIENTADORA: LORENA INES PETERINI MARQUEZAN  
Data e Local da Defesa: Fortaleza, 17 de setembro de 2011.

O presente trabalho monográfico surgiu da necessidade de reflexão sobre a importância da Educação Infantil, como processo significativo na formação da cidadania. As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, favorecem este processo e norteiam as propostas pedagógicas dessas instituições de ensino, construídas com a participação de todos os gestores escolares. Queremos saber como a Educação Infantil poderá favorecer o processo de aprendizagem para o exercício da cidadania, através de estudos feitos aos documentos do Ministério da Educação (PARECER CNE/CEB Nº:20/2009), (RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (\*)), a Constituição Federal (1988), ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aos Referências Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, documentos das Secretarias Estadual e Municipal de Educação e a teóricos como: RIZZO (2003), Paschoal e Machado (2009), Kramer (2002), Oliveira, Vieira e Sousa (2003), Vigotsky (1986, 1991, 1996, 1998, 2003), Piaget (1967, 1971, 1973, 1978, 1994, 1997) e Freinet (1977, 1993, 1994, 1996) dentre outros que vêem a Educação Infantil como base fundamental na formação do cidadão e as questões que favorecem uma gestão participativa dentro desse contexto educacional. O objetivo deste estudo é investigar e compreender a importância da Educação Infantil como contribuição na formação do cidadão, numa Gestão Participativa e Democrática. O percurso metodológico pautou-se pela pesquisa bibliográfica dos autores clássicos e contemporâneos, além dos documentos acima citados. Através dessa construção de conhecimento conclui-se que a Educação Infantil funciona como alicerce na formação do cidadão, procurando cumprir as funções sociopolítica e pedagógica, que lhes são atribuídas pela sociedade. O tema permite aos gestores escolares o envolvimento e a reflexão sobre, a construção da cidadania iniciada na Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Cidadania; Gestão Escolar.

## ABSTRACT

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### EARLY CHILDHOOD EDUCATION MANAGEMENT IN A PARTICIPATORY LEARNING AS A WAY OF CITIZENSHIP

AUTHOR: Elizabeth de Lima Ferreira  
ADVISER: Lorena Inês Peterini Markezan  
Fortaleza, 17 de setembro de 2011.

This monograph, arose from the need to reflect on the importance of early childhood education, and significant process in the formation of citizenship. The new National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education, favor this process and guide the educational proposals of these educational institutions, built with the participation of all school administrators. We want to know how Child Education can foster the learning process for the exercise of citizenship through studies to documents of the Ministry of Education (CNE OPINION / CEB No.: 20 / 2009) (No. 5 RESOLUTION OF 17 DECEMBER 2009 (\*)), the Federal Constitution (1988), the Statute of Children and Adolescents (ECA), the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB), the National Curricular References for Child Education, Departments of documents State and Local Education and theorists such as: RIZZO (2003), Paschoal and Machado (2009), Kramer (2002), Oliveira and Sousa Vieira (2003), Vygotsky (1986, 1991,1996,1998,2003), Piaget ( 1967, 1971, 1973, 1978,1994,1997) and Freinet (1977, 1993, 1994, 1996) and others who see the kindergarten as a cornerstone in the formation of the citizen and the issues that favor a participative management within this educational context. The objective of this study is to investigate and understand the importance of early childhood education and contribution to the formation of the citizen in a participatory and democratic management. The route was marked by methodological literature of classical and contemporary authors, besides the documents mentioned above. Through this construction knowledge concludes that the kindergarten as the foundation works in the formation of the citizen, trying to fulfill the socio-political and educational functions, assigned to them by society. The subject is comprehensive and allows other issues, promoting awareness and importance of school managers, engage and reflect on the construction of citizenship began in kindergarten.

**Keywords:** Early Childhood Education; Citizenship; School Management.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>7</b>
<b>1 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....</b>	<b>9</b>
1.1 O surgimento da Educação Infantil.....	9
1.2 A implantação da educação infantil no Brasil .....	10
1.3 Perfil do educador infantil.....	12
1.4 A importância da brincadeira e a interação para a Educação Infantil.....	14
<b>2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA.....</b>	<b>17</b>
2.1 Uma nova concepção de criança e de Educação Infantil.....	19
2.2 A criança e o seu desenvolvimento, sobre a ótica de alguns teóricos.....	21
2.2.1 Período Sensório-motor (0-24 meses).....	25
2.2.2 Período Pré-operacional (2-7 anos).....	26
2.2.3 Período das Operações Concretas (7-11,12 anos).....	26
2.2.4 Período das Operações Formais (12 anos em diante).....	26
2.3 Educação Infantil como direito: novas concepções, novos desafios .....	27
<b>3 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA .....</b>	<b>29</b>
3.1 A motivação e o afeto numa educação participativa .....	33
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>37</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho monográfico surgiu da necessidade de refletir sobre a importância da Educação Infantil, como processo significativo na formação da cidadania. Diante das mudanças estabelecidas durante o contexto histórico e cultural da Educação Infantil, as lutas em prol da qualidade dessa modalidade educacional e as contribuições favorecidas ao seu crescimento, interessou ao pesquisador a seguinte problemática: Como a Educação Infantil, poderá favorecer o processo de aprendizagem para o exercício da cidadania?

A Educação Infantil constitui-se como base da vida escolar, tendo como finalidade, o desenvolvimento integral da criança em seus diferentes aspectos. A sociedade procurava compreender a criança, como alguém que um dia viria a ser cidadã. Essa afirmação se contradiz com os textos legais que declaram a criança cidadã desde o seu nascimento. Através dessa evidência, entende-se que a Educação Infantil atua como um espaço de interação, que cuida e educa crianças cidadãs desde o nascimento.

A pesquisa tem como objetivo principal, investigar e compreender a importância da Educação Infantil como contribuição na formação do cidadão, numa Gestão Participativa e Democrática. Tendo como objetivos específicos: 1. Conhecer historicamente a Educação Infantil, para compreensão do contexto educacional contemporâneo; 2. Refletir sobre a Educação Infantil, através dos aspectos legais, para obter subsídios que favoreçam os trabalhos nas instituições de Educação Infantil; 3. Analisar os aspectos significativos para uma gestão democrática e participativa no ambiente educacional infantil.

O percurso metodológico pautou-se pela pesquisa bibliográfica dos autores clássicos e contemporâneos como, RIZZO (2003), Paschoal e Machado(2009), Kramer (2009), Oliveira, Vieira e Sousa(2003), Vigotsky (1986, 1991, 1996, 1998,2003), Piaget( 1967, 1971, 1973, 1978,1994, 1997),e Freinet (1977, 1993,1994,1996), além dos documentos do Ministério da Educação(PARECER CNE/CEB N°20/2009), RESOLUÇÃO N°5, de 17 de Dezembro de 2009(\*),a Constituição Federal(1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA,1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB,1996), os Referenciais



Curriculares para a Educação Infantil(1998)e documentos das Secretarias Estadual e Municipal de Educação, dentre outros.

Em vista disso, o trabalho encontra-se estruturado em três capítulos, onde no primeiro, apresenta-se a expansão da Educação Infantil no Brasil, relata o surgimento e a implementação da Educação Infantil num contexto histórico, enfoca o perfil do educador infantil , a importância da brincadeira e a interação como estratégia das mais valiosas.

Ao ressaltar sobre a importância da Educação Infantil na formação da cidadania, comentou-se no segundo capítulo sobre uma nova concepção de criança e de Educação Infantil, enfatizando o posicionamento de Freinet, Vigotsky e Piaget e suas contribuições na teoria do desenvolvimento infantil. Na conclusão do segundo capítulo observou-se as modificações recentes atribuídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, novas concepções, novos desafios que os atores do sistema educacional objetivam enfrentar, na construção de uma sociedade livre, justa, solidária, e orientada para extinguir as desigualdades sociais, promovendo o bem-estar de todos.

No terceiro capítulo, observamos o surgimento das diversas formas de organizações, as origens e o desenvolvimento da gestão escolar no Brasil, o movimento em favor da descentralização e da democratização da gestão das escolas públicas. Conclui-se com uma reflexão dentro da teoria de Wallon, sobre a relação existente entre a motivação e o afeto numa educação participativa, que desenvolva a autoestima e a construção do conhecimento na criança.

O trabalho concretiza-se com as considerações finais, destacando a Educação Infantil como alicerce na formação do cidadão, de forma a cumprir as funções sociopolítica e pedagógica que lhes são atribuídas pela sociedade. Funcionando como espaço onde ocorrem as interações, o cuidar e o educar de maneira indissociável, promovendo a educação de cidadãos desde o nascimento. Em seguida temos as referências bibliográficas.

# 1 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

## 1.1 O surgimento da Educação Infantil

Durante séculos a família tinha como exclusividade a responsabilidade de educar as crianças pequenas, dessa forma elas aprendiam suas tradições, normas e regras. Com a mudança do feudalismo para o capitalismo na Europa e o surgimento das fábricas, ocorreram modificações, que levaram a reorganização da sociedade. Isso contribuiu para a entrada da mulher no mercado de trabalho e modificou o cuidar e o educar por parte da família.

As fábricas passaram a admitir todos os membros da família independentemente do sexo e da idade. A lei das fábricas, exigia duas turmas de trabalho: uma de seis horas e outra de quatro, ou duas turmas de cinco horas. As mães que trabalhavam nas fábricas, passaram a deixar seus filhos com as conhecidas “mães mercenárias”. Pois as mesmas, como não trabalhavam nas fábricas, cuidavam dos filhos das operárias em troca de dinheiro.

Em seguida surgiram outros tipos mais formais de serviços de atendimento às crianças. Algumas mulheres organizavam-se nas comunidades, embora não fosse uma proposta instrucional formal, elas utilizavam atividades de canto, de memorização de rezas e atividades voltadas ao bom comportamento e de regras morais. Para RIZZO (2003 apud PASCHOAL e MACHADO, 2009, p.80):

Criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres. mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em um maior número, aos cuidados de uma única, pobre e desamparada mulher. Tudo isso, aliado a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mais violência e mortalidade infantil. (RIZZO, 2003 apud PASCHOAL e MACHADO, 2009, p.80).

Para alguns, esse tipo de tratamento tornou-se aceitável no sentido de conservar regras e costumes, na formação de cidadãos dominados em natureza etária, socioeconômica, ético-racial, de gênero e regional. Indivíduos sujeitados a

tudo e a todos, impedidos de criticar, construir sua personalidade e transformar o meio.

Na Europa e nos Estados Unidos, foram implantadas creches, escolas maternas e jardins de infância voltados ao assistencialismo, pela questão dos cuidados físicos, higiene, alimentação e guarda, mas para KULMANN (2001 apud PASCHOAL e MACHADO, 2009). Houve a preocupação também com a educação no sentido pedagógico desde o princípio.

PASCHOAL e MACHADO (2009) analisam a “Escola de Principiantes” criada pelo pastor Oberlin, na França em meados de 1769, para crianças pequenas, de dois a seis anos, que promovia passeios, trabalhos manuais e histórias contadas com gravuras. Aprendiam a pronunciar bem as palavras, a ler a bíblia, noções de moral e a tricotar.

Na Escócia, as instituições também tinham aspecto pedagógico, recebiam crianças pequenas, que permaneciam até a idade adulta, aprendendo sobre a natureza, a dança, o canto e as estimulavam ao raciocínio lógico.

Do ponto de vista histórico, a própria literatura traz o jardim de infância como uma instituição exclusivamente pedagógica e que, desde sua origem, teve pouca preocupação com os cuidados físicos das crianças. No entanto vale ressaltar que o primeiro Jardim de Infância, em meados de 1840 em Blankenburgo, por Froebel, tinha uma preocupação não só de educar e cuidar das crianças, mas de transformar a estrutura familiar de modo que as famílias pudessem cuidar melhor de seus filhos. (PASCHOAL e MACHADO, 2009, p.81).

Em meados do século XIX, as creches, jardins de infância e outras modalidades, sendo já formadas como instituições de ensino, serviram como modelos para diversos países, dentre eles o Brasil, embora o mesmo tenha iniciado com a finalidade assistencialista.

## **1.2 A implantação da Educação Infantil no Brasil**

As primeiras tentativas de organizações de creches, asilos e orfanatos no Brasil tinham o objetivo de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa, as

viúvas desamparadas e acolher os órfãos. Apesar da roda dos enjeitados, só ter sido extinta no século XX, aproximadamente em meados de 1950, funcionou por mais de um século também auxiliando a criança desamparada no Brasil.

Segmentos da sociedade, como empresários, religiosos e educadores passaram a idealizar um lugar onde as crianças fossem cuidadas fora da família, devido o alto índice de mortalidade infantil, desnutrição generalizada e muitos acidentes domésticos. E com a criação das creches, destinadas principalmente as crianças pobres, surgiu também a idéia dos jardins de infância, mas alguns setores da sociedade criticavam sua criação por identificá-los como instituições dos europeus, enquanto outros grupos os defendiam, concordando com sua implantação.

No final do século XIX e primeiras décadas do século XX no Brasil. Surgiram várias tendências, dentre elas, a jurídico-policia (em defesa da criança abandonada), a médico-higienista e a religiosa que (combatiam o alto índice de mortalidade infantil dentro da família ou da instituição de atendimento a infância). Também no Rio de Janeiro, o médico Arthur Moncorvo Filho, criou o Instituto de Proteção à Infância, atendendo às mães grávidas pobres e aos recém-nascidos, distribuindo leite, consultas, vacinação e higiene dos bebês. Serviço estendido para todo o Brasil.

Historicamente temos outras instituições importantes nesse aspecto: o Instituto de proteção e Assistência à Criança e o Departamento da Criança. Esse último fiscalizava as instituições de atendimento à criança e combatia o trabalho das mães voluntárias, que tratavam os filhos das mães trabalhadoras de forma precária.

Com o surgimento da indústria no Brasil, e o trabalho das mulheres dentro dessa modalidade de serviço, ocorreram organizações de trabalhadores, que reivindicavam melhores condições de trabalhos e principalmente a criação de creches para seus filhos. Para OLIVEIRA, (1992 apud PASCHOAL e MACHADO, 2009, p.83).

O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternais e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor. (OLIVEIRA, 1992 apud PASCHOAL e MACHADO, 2009, p.83).

No Brasil, a implementação das creches foi diferenciada dos países europeus. Esses as tinham como instituição de caráter pedagógico, enquanto que, no Brasil a finalidade era mesmo assistencialista. A história da Educação Infantil brasileira, tem passado por diversas mudanças. Do assistencialismo à função educativa, ocorreram movimentos de lutas em prol de uma legislação que reconhecesse a criança como cidadã desde o nascimento, tornando-a sujeito de direitos. Dentre eles o direito a uma Educação Infantil de qualidade.

Essa concepção aparece pela primeira vez na lei maior de nosso país, a Constituição Federal, de 1988. Posteriormente, outras leis reafirmaram esse direito, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Fica claro, portanto, que a Educação Infantil não deve ser entendida como um donativo a infortunados, um favor prestado às famílias, ou um instrumento de preparo do futuro cidadão, concepções que no passado foram defendidas. (SEDUC,2011,p.13).

Atualmente a criança participa e frequenta ambientes de socialização, aprendendo sobre sua cultura, interagindo com outras crianças e adultos e apesar de já ser cidadã desde o nascimento, não implica que já esteja preparada para assumir e exercer as funções de um cidadão. Ela necessita de mediadores, ou seja, parceiros como a família e a escola, na realização dessa tarefa. Por isso a importância da Educação Infantil em cumprir as funções política e pedagógica, mantendo um olhar direcionado a esse pequeno cidadão que precisa ser educado e cuidado de maneira indissociável.

### **1.3 Perfil do educador infantil**

Segundo o MEC ( BRASIL, 2009, p.9): O educador infantil como mediador do trabalho pedagógico, deve estar voltado para “[...] uma sensibilidade que valoriza o ato criador e a construção pelas crianças de respostas singulares, garantindo-lhes a participação em diversificadas experiências”. Ele permite, que a criança pequena consiga autonomia e aprenda a cuidar-se, comprovando assim a relação indissociável do educar e cuidar dentro da Educação Infantil.

Educar de modo indissociado do cuidar é dar condições para as crianças explorarem o ambiente de diferentes maneiras (manipulando materiais da natureza ou objetos, observando, nomeando objetos, pessoas ou situações, fazendo perguntas etc) e construírem sentidos pessoais e significados coletivos, à medida que vão se constituindo como sujeitos e se apropriando de um modo singular das formas culturais de agir, sentir e pensar. Isso requer do professor ter sensibilidade e delicadeza no trato de cada criança, e assegurar atenção especial conforme as necessidades que identifica nas crianças (BRASIL, 2009, p.10).

O professor da Educação Infantil, deve ter consciência do seu papel na formação de pequenos cidadãos com pluralidade de mundo no olhar, por isso deve permitir relações positivas, que valorize, respeite e possibilite o contato das crianças com a história e as culturas de vários povos. Tanto o professor, como a instituição de Educação Infantil deve acolher a criança, permitindo-lhe o acesso de espaços, materiais, objetos e brinquedos.

A idéia de um professor tradicional, associado à um transmissor de conhecimentos principalmente através da oralidade, deve ser afastada. O educador infantil contemporâneo, precisa ter uma visão voltada para a interação, atuando como parceiro durante as relações e compreender, que a criança desde o nascimento é cidadã, possuidora de direitos civis, humanos e sociais, dentre eles o direito à Educação Infantil. “ [...] Hoje, a Educação Infantil deve ser entendida e praticada como espaço de escuta, interação, cuidado e educação de cidadãos desde o nascimento”. (SEDUC-CE, 2011.p.13).

De acordo com as Orientações Curriculares para a Educação Infantil (2011, p.15 e 16), o professor deverá possibilitar, que a criança construa uma preocupação com a sustentabilidade do nosso planeta (preservação do meio ambiente) não permitindo as diversas formas de domínio etária (dos mais velhos sobre os mais novos, ou o contrário); socioeconômica (dos mais ricos sobre os mais pobres); étnico-racial (dos que se dizem brancos sobre os negros); de gênero (dos homens sobre as mulheres); regional (dos moradores de certa área sobre os que nela não habitam); linguística (dos que dominam uma forma de falar e escrever que julgam a correta sobre os que se utilizam de outras formas de linguagem verbal) e religiosa (dos que professam um credo sobre os que não o fazem).

Para Machado (apud Oliveira, 1995, p.40), a interferência do professor é crucial para “[...] garantir que os processos de classificação, análise e generalização se concretizem, articulando-se às descobertas provenientes das diferentes interações e aos conhecimentos anteriormente abordados”.

Outro aspecto fundamental do educador infantil é seu relacionamento com as famílias das crianças. Eles são parceiros e precisam interagir e trabalhar na mesma direção, objetivando o bom desenvolvimento dessas crianças. Para isso, é necessário que o professor e a instituição de Educação Infantil adotem uma postura acolhedora em relação às famílias, programem formas de conversas, principalmente sobre o cotidiano e a proposta pedagógica da instituição. Envolvê-las em projetos e em participações nos conselhos escolares, também são formas de interação com as mesmas.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, o implemento de uma proposta curricular de qualidade vai depender muito dos professores dessas instituições de ensino. Através de ações planejadas dentro do grupo gestor, compartilhando na construção de projetos educativos de qualidade, contínuo, contando com a participação de todos os atores envolvidos nesse processo. (BRASIL, 1998).

O educador infantil precisa estar sempre em formação contínua, refletindo sobre sua prática, para conseguir desenvolver seu papel na contribuição para a formação de pequenos cidadãos.

#### **1.4 A importância da brincadeira e a interação para a Educação Infantil**

A brincadeira é um dos princípios norteadores para que se desenvolva o pensamento e a capacidade de expressão da criança. Os estudiosos sociointeracionistas concordam plenamente sobre esse aspecto. (VIGOTSKY, 1996) ressalta que a brincadeira deve ser interpretada como toda atividade que envolve uma situação imaginária com regras.

PIAGET(1978) declara que durante a infância, observam-se três sucessivos sistemas de jogos: jogos de exercícios, jogos simbólicos e jogos de regras. Por isso

é necessário que as crianças brinquem, e possam desenvolver suas capacidades motoras, intelectuais e sociais. De acordo com as (SEDUC-CE, 2011, p.39) “A brincadeira constitui uma estratégia das mais valiosas na Educação Infantil devendo, como apontam as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, constituir a base do trabalho pedagógico.”

O jogo é fundamental dentro das situações de aprendizagem e na interação do grupo. Diante desse tipo de estratégia o professor terá oportunidade para avaliar as crianças, ou mesmo somente uma que lhe esteja chamando atenção. A brincadeira favorece o desenvolvimento infantil e durante a mesma o professor atua como mediador, que estimula a fantasia. Segundo o Referencial curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p.28):

É o adulto, na figura do professor, portanto, que, na instituição infantil, ajuda a estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças. Consequentemente é ele que organiza sua base estrutural por meio da oferta de determinados objetos, fantasias, brinquedos ou jogos, da delimitação e arranjo dos espaços e do tempo para brincar. (BRASIL, 1998, p.28).

As interações ocorrem através do envolvimento entre professor-criança e criança-criança, precisam de situações concretas por meio dos papéis que assumem. Elas marcam e promovem o desenvolvimento de habilidades, sentimentos, argumentos e a construção de conhecimentos favorecendo sua autoestima. De acordo com Wallon (1981, apud Proposta Pedagógica de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Fortaleza, 2009, p.22).

Para Wallon(1981), o ser humano é geneticamente social e a origem da evolução da pessoa encontra-se na infância, fase marcada por contradições e conflitos, resultantes da maturação e das condições ambientais que provocam alterações qualitativas no comportamento das crianças. (apud PROPOSTA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2009, p.22).

Tanto a interação como a brincadeira, são referências para o trabalho do professor e estão presentes no artigo 9º da RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009(\*) e deverão situar-se nas propostas pedagógicas de cada



instituição de Educação Infantil, de acordo com suas características, identidade e particularidades pedagógicas.

## **2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA**

Aprendizagem para cidadania é um problema urgente e atual. Philippe Perrenoud (2002) afirma que se a cidadania está em crise, porque a justiça está em crise, porque as desigualdades aumentam, porque o conhecimento é desigual, porque há sofrimentos insuportáveis e incompreensíveis. Refletindo sobre a cidadania percebe-se que a ética, a democracia e a educação são inseparáveis. Acredita-se, que ser cidadão ético e democrático implica em saber viver, conviver, compartilhar, cooperar com os demais seres humanos.

A relação entre educação e cidadania, reporta-se ao filósofo Jean Jacques Rousseau...formar cidadãos não é questão de dias; e para tê-los adulto é preciso educá-los desde criança.

No entanto, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a educação brasileira passou a promover uma melhor aprendizagem por parte dos alunos, já que tanto a criança quanto o adolescente são sujeitos de direitos. Em relação a sua real aplicabilidade no cenário atual da Educação Infantil, pode-se ressaltar a urgente necessidade de se estabelecer políticas de capacitação profissional que apontem para um estudo específico do cuidar e do educar. Além disso, precisa-se conscientizar e as crianças das garantias e dos direitos individuais que lhes assistem.

Segundo Kramer(2002), as crianças são vistas como pequenos cidadãos e cidadãs e a escola trabalha para levar e garantir que os conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade possa contribuir para formar, simultaneamente, indivíduos críticos, criativos e autônomos, capazes de agir no seu meio e transformá-lo.

Kramer, ressalta que a escola não modifica a sociedade, mas poderá contribuir fazendo o papel de lecionar criticamente, distribuindo os instrumentos básicos para a prática da cidadania. (KRAMER, 2002).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, como dispositivo legal, orienta o desenvolvimento do público infante-juvenil sob a proteção integral, de forma a favorecer-lhes experiências sociais dotadas de reconhecimento de sua identidade. Seu conhecimento, portanto, irá auxiliar no cumprimento da legislação e na promoção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

A criação deste Estatuto, em três de julho de 1990, constituiu um avanço significativo, já que a doutrina passou a ser de proteção integral, ou seja, não fez exceções, e buscou tratar da sobrevivência, do desenvolvimento e da integridade das crianças e adolescentes. Considerando as crianças e os adolescentes não como meros produtos do meio em que vivem, mas como sujeitos de direitos e que encontram-se em uma situação ímpar do seu desenvolvimento.

O Estatuto, distingue-se dos demais Códigos de Proteção aos Menores por ser descentralizador e aberto à participação da cidadania mediante a realização de conselhos deliberativos e paritários. Além disso, foi elaborado também com a participação de movimentos sociais, do espaço jurídico e das políticas públicas sociais, de forma a responsabilizar e integrar o adolescente em conflito com a lei, resgatando assim direitos do adolescente.

Com a aprovação das novas DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL( Parecer CNE/CEB nº 20/09 e Resolução CNE/CEB nº 05/09), surge a oportunidade para o avanço da política de Educação Infantil e garantia dos direitos das crianças e de suas famílias a uma educação de qualidade.

A revisão e atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil é essencial para incorporar os avanços presentes na política, na produção científica e nos movimentos sociais na área. Elas podem se constituir em instrumento estratégico na consolidação do que se entende por uma Educação Infantil de qualidade.(BRASIL, 2009, p.3).

A Lei nº 9.394/96 em seu artigo 22 estabelece que a Educação Infantil está integrada na Educação Básica, como primeira etapa, com objetivos de desenvolver a criança, promover sua formação comum no exercício da cidadania, fornecendo-lhes meios de progressão nos estudos e trabalhos futuros.

O Estado, não é o único a responsabilizar-se pela provisão da criança e do adolescente, mas também a família, a comunidade e a sociedade.

Graças a Constituição Federal de 1988, a qual assegurou a efetivação e a garantia de direitos, e constitui um avanço para as políticas públicas, principalmente nas acepções de que o Estado é o maior provedor de todos os direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988. Além disso, mediante o avanço que a Constituição Federal de 1988 trouxe para o plano social, o Estatuto é um aparato com uma abertura ao diálogo, uma mudança de mentalidade, há um consenso e sua

aplicação e cumprimento das medidas se tornaram mais articuladas, com flexibilidade, movimentação, resultados e impactos no que diz respeito ao adolescente e aos profissionais que lidam com essa demanda.

## **2.1 Uma nova concepção de criança e de Educação Infantil**

Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), a criança é um sujeito histórico e de direitos, tem seu desenvolvimento nas interações, relações e práticas cotidianas, proporcionadas por ela mesma, outras crianças e adultos de diferentes contextos culturais, nos quais está inserida, de maneira a construir sua própria identidade e do outro.

Diante desse contexto social a qual está inserida, a criança constrói amizades, brinca com os recursos naturais, utiliza o faz-de-conta, deseja, aprende, faz observações, conversa, experimenta, questiona, descobrindo o mundo suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura. (BRASIL/MEC,2009,p.6e 7).

O conhecimento científico hoje disponível autoriza a visão de que desde o nascimento a criança busca atribuir significado a sua experiência e nesse processo volta-se para conhecer o mundo material e social, ampliando gradativamente o campo de sua curiosidade e inquietações, mediada pelas orientações, materiais, espaços e tempos que organizam as situações de aprendizagem e pelas explicações e significados a que ela tem acesso (BRASIL/MEC,2009,p7).

Durante o período em que a criança vivencia a Educação Infantil, desenvolve aspectos importantíssimos como: a motricidade, a linguagem, o pensamento, a afetividade e a sociabilidade. Dessa forma, procura compreender o mundo e a si mesma, construindo-o e modificando-o através da interação com o outro ou com objetos. Dentre esses objetos temos o brinquedo.

A interação favorece ao surgimento da brincadeira, onde a criança é levada à imitação do que já acontece e a desperta para a construção do novo.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil é através da brincadeira que a criança desenvolve o pensamento e as capacidades de expressões, além de ser um direito.

É no ato de brincar que a criança estabelece os diferentes vínculos entre as características do papel assumido, suas competências e as relações que possuem com outros papéis, tomando consciência disto e generalizando, para outras situações(RCNEI,1998. p.28).

Sendo a criança o sujeito do processo educativo, tem sido observada cientificamente por diversos estudiosos, como: Piaget, Vigotsky e Wallon. Suas concepções apresentam a criança como um ser que necessita principalmente da interação para que o seu desenvolvimento motor, afetivo e cognitivo ocorra de forma positiva.

Para Piaget, o desenvolvimento da criança enfatiza-se na cognição. Ele revela e descreve de maneira sistemática, a origem e o desenvolvimento das estruturas intelectuais. Dentro desse desenvolvimento mental a criança apresenta a maturação, experiência ativa, interação social e equilíbrio.

De acordo com as idéias de Vigotsky, a criança é um ser histórico e social, tudo é especificamente humano, distinguindo o homem como ser social e cultural. Para ele a aprendizagem e o desenvolvimento estão inter-relacionados embora distintos. Através desse relacionamento elaborou a ZDP(Zona de Desenvolvimento Proximal). Declara que o professor interfere na zona de desenvolvimento proximal das crianças, estimulando-as e promovendo aprendizagem e isso ocorrerá principalmente durante a brincadeira.

Ele também ressalta sobre a inter-relação entre pensamento e linguagem, atribuindo a linguagem um papel fundamental na formação do pensamento e do caráter do ser humano, psicologicamente destaca a relação entre as dimensões cognitiva e afetiva. Colocou as emoções como ferramenta principal para desencadear a educação.

O ensino de qualquer conteúdo deve ser imbuído de sentimento, pois o método “morto” e sem “alma” de alguns professores contribui de forma considerável para o aniquilamento dos sentimentos e colabora para formar pessoas frias e egoístas (Proposta Pedagógica da PMF, 2009, p. 21).

Wallon(1981) , também afirma que a afetividade atua como centro e que o indivíduo não pode ser visto de forma isolada, seu desenvolvimento ocorre integralmente dentro dos campos funcionais, afetivo, motor e cognitivo. Para ele a

origem da evolução encontra-se na infância. O indivíduo nessa fase passa por contradições e conflitos, resultante da maturação e do meio o qual está inserido, levando-o a modificações qualitativas em seu comportamento.

Revela ainda, que a criança passa por quatro fases de desenvolvimento que são: impulsiva emocional, sensório-motora e projetiva, personalismo categorial ou período escolar. Embora a afetividade e a cognição se alternem durante o desenvolvimento mantém uma relação de reciprocidade.

Conforme Hoffmann, para compreendermos cada criança, devemos observar as condições concretas de sua existência, pois as interações de cada uma com o seu meio inclui significados de caráter biofisiológico, afetivo, cognitivo e social. Ao longo da vida e principalmente durante a fase escolar, ela se confronta com várias vivências, do tipo com objetos materiais, variados ou não, objetos culturais, a religião, a dança, o folclore, os valores de cada sociedade. Com tudo isso, variam as relações linguísticas e afetivas nessa relação aumentando as possibilidades de trocas de cada criança com as outras pessoas (HOFFMANN, p. 44).

## **2.2. A criança e o seu desenvolvimento, sobre a ótica de alguns teóricos.**

Freinet, diferencia-se de outros teóricos por desenvolver uma pedagogia diferente, voltada aos interesses dos alunos propiciando relações mais autônomas, críticas, democráticas e livres. Quando observava a personalidade de seus alunos, percebia que existiam diversos aspectos para um melhor relacionamento entre ele e as crianças.

Questionou a eficiência das rígidas normas educacionais: filas, horários e programas exigidos oficialmente. Observou, que o interesse das crianças estava fora da sala de aula e percebeu que durante, a leitura dos livros na classe, não havia interesse. Constatou, que as crianças se interessavam mais pelas aulas de campo. Então, porque ficar dentro da sala?

Com isso surge a idéia da aula-passeio. Freinet(1977), decide lecionar onde seus alunos se sentiam felizes, fora da sala de aula. Passeavam e observavam o

trabalho de um marceneiro. Durante o passeio pelos campos, viam como as flores abriam na primavera, entre outros. Ao retornarem dos passeios o clima era de satisfação, havia grande interação professor-aluno e o diálogo possuía elementos culturais adquiridos com característica familiar.

A atividade espontânea, pessoal e produtiva, eis o ideal da escola ativa: Partir da atividade espontânea das crianças; partir de suas atividades manuais e construtivas; partir de suas atividades mentais, de suas afeições, de seus interesses, de seus gostos predominantes; partir de suas manifestações morais e sócias tais como se apresentam na vida livre e natural de todos os dias, segundo as circunstâncias, os acontecimentos previstos ou imprevistos que sobrevêm eis o ponto inicial da educação. (FREINET 1977, p. 99)

Segundo o autor, durante os passeios os alunos assimilavam as diversas áreas do conhecimento e faziam uma leitura de mundo. Outra técnica abordada por Freinet, foi a imprensa escolar. As crianças escreviam quando voltavam dos passeios, seus escritos eram impressos e lidos por outras pessoas, amigos, pais e amigos dos pais.

Freinet ampliou este círculo de leitores e idealizou a correspondência interescolar, onde os alunos começaram a mandar para outras escolas o que produziam, os relatos dos passeios e seus interesses. Assim, as crianças sabiam que seus textos e desenhos seriam lidos e respondidos, o que os motivavam bastante.

Os artigos escritos para revistas de educação, divulgaram mais ainda seu trabalho, relatavam os resultados obtidos do que realizavam. Isso favoreceu o conhecimento de suas técnicas para os professores, que passaram a utilizá-las.

Freinet, não queria que seu método fosse intocável ou imutável, preferia a troca de idéias e comparação dos resultados. Juntos construía a pedagogia do Bom-senso. Ele desejava, que ao passar os anos, surgissem novas técnicas e instrumentos para favorecer o trabalho de professores e alunos.

Vigotsky(1998), centralizou durante o seu trabalho, o desenvolvimento humano, o aprendizado e as relações, buscou a compreensão da origem e o desenvolvimento dos processos psicológicos da espécie humana através da história. Achava, que o desenvolvimento da criança ocorria através da aprendizagem e

durante esse processo o ser humano necessitava manter contato com o meio cultural, para que os processos internos do desenvolvimento fluíssem.

Vigotsky, denomina como nível de desenvolvimento real, o momento em que a criança consegue a capacidade de realizar determinada tarefa sozinha. É para ele o nível das etapas já conquistadas. Também chama a atenção, para a compreensão adequada do desenvolvimento. Não devemos compreender somente o nível de desenvolvimento real, mas a capacidade de realizar tarefas, apresentando o seu desenvolvimento potencial, com auxílio de mediadores capacitados como professores e outros companheiros.

A teoria de Vigotsky, considera o desenvolvimento potencial como fundamental, pois não é qualquer pessoa, que aceita a ajuda de outro, na realização de suas tarefas. Isso ocorre num certo nível de desenvolvimento, não antes. Com a mediação de outras pessoas, ocorre a interferência no resultado da ação individual.

Diante desses dois níveis de desenvolvimento (real e potencial), Vigotsky (1998), passa a definir a zona de desenvolvimento proximal como:

A distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capacitados. (VYGOTSKY, 1998, p. 125)

A zona de desenvolvimento proximal é um domínio psicológico em constante transformação. O professor tem a função de influenciar, ou seja, interferir na zona de desenvolvimento proximal das crianças, na busca de avanços que não ocorreriam espontaneamente. Na concepção de Vigotsky, o ser humano precisa estar inserido no meio cultural, para se constituir essencialmente como ser humano.

É impossível pensar o ser humano afastado do convívio com um grupo cultural, sem o mesmo, ele não conseguirá os instrumentos e signos que facilitarão o desenvolvimento de suas atividades psicológicas mediadas. O desenvolvimento da humanidade e do indivíduo, baseia-se no aprendizado, que para Vigotsky, sempre precisará da interferência, direta ou indireta, de outras pessoas e a reconstrução pessoal da experiência e dos significados.

Vigotsky, ressalta que, tanto o desenvolvimento, quanto a aprendizagem são independentes e interagem, afetando-se mutuamente. São distintos e



interdependentes, um torna o outro possível. O desenvolvimento causa a aprendizagem e aprendizagem causa o desenvolvimento.

As interações sociais, são de grande importância para Vigotsky, ele concorda que na escola a criança adquire informações que favorecem o desenvolvimento infantil, isso não aconteceria se ela estivesse operando sozinha. Na Educação Infantil, através das brincadeiras, rabiscando, fazendo desenhos, modelagens e dramatizações, construídos coletivamente, a criança vai ressignificando ou transformando a sua consciência sobre a realidade, por intermédio dos diversos significados que as pessoas fazem ao mundo físico e social.

O trabalho do biólogo e epistemólogo Jean Piaget, teve a preocupação com vários aspectos do desenvolvimento humano, dando ênfase a cognição. O foco central de Piaget foi “o sujeito epistêmico”, ou seja, o estudo dos processos cognitivos do nascimento, até a idade adulta. Demonstrou uma visão interacionista, apresentando a criança e o homem dentro de um processo ativo de contínua interação. Revelou, quatro fatores responsáveis pelo desenvolvimento mental: maturação, experiência ativa, interação social e equilíbrio.

Sua obra é de epistemologia genética e apresenta como o conhecimento se desenvolve, desde as rudimentares estruturas mentais do recém-nascido até o pensamento lógico-formal do adolescente. Outro aspecto da teoria de Piaget é a divisão do desenvolvimento intelectual em estágios, que são: sensório-motor, pré operacional, operações concretas e operações formais.

Ao observar seus próprios filhos, Piaget passou a registrar suas reações desde os primeiros dias de vida, utilizando o método clínico, aprofundava o conhecimento dos processos mentais, que eram entrevistas feitas as crianças. Piaget, reformulava diversos conceitos e através de novos dados eram sempre reavaliados. Dentre esses conceitos estão: hereditariedade, adaptação, esquema e equilíbrio.

No que se refere à hereditariedade, Piaget declara que não herdamos a inteligência; e sim um organismo que amadurecerá em relação com o meio ambiente. Durante esta interação organismo-ambiente, surgirão algumas estruturas cognitivas que funcionarão de modo semelhante durante toda a vida do indivíduo, essa herança biológica, continuará permanente.

Quanto a adaptação, diz que o conhecimento favorece novas formas de interação com o ambiente, proporcionando uma adaptação completa e eficiente, de forma satisfatória para o organismo, que se sente mais preparado para lidar com as situações. Dentro do processo de adaptação, estão dois processos complementares: a assimilação e a acomodação.

Assimilação significa uma tentativa de solucionar uma situação nova, baseando-se nas estruturas antigas; isto é, o indivíduo modificará suas estruturas antigas para dominação de uma nova situação. Quando as estruturas antigas forem modificadas visando a solução de um novo problema de ajustamento a uma nova situação, Piaget define como acomodação e, no momento em que a criança conseguir dominar de maneira adequada o segundo processo, diremos que se acomodou a ele e, por isso adaptou-se a esta nova exigência da realidade.

Esquema é uma unidade estrutural básica do pensamento ou ação correspondente à estrutura biológica, que muda e se adapta. O termo esquema pode referir-se tanto a uma seqüenciação de ações motoras que um bebê realiza, até as estratégias mentais, que um adulto utiliza para solucionar problemas.

O desenvolvimento é um processo que busca atingir formas de equilíbrio cada vez melhores, ou de certa forma, é um processo de equilibração sucessiva que tende a uma forma final, qual seja a aquisição do pensamento operacional formal. O equilíbrio é, portanto, dividido por Piaget em vários períodos.

### 2.2.1 Período Sensório-motor (0-24 meses)

Significa a conquista feita pela criança, através da percepção e dos movimentos, de todo o Universo prático que a cerca. Na formação dos esquemas sensoriais-motores, que permitirão ao bebê a organização inicial dos estímulos ambientais, para que ao final desse período, obtenha condições de lidar, embora de forma rudimentar, com a maioria das situações que lhe são apresentadas.

Neste período, a criança está trabalhando ativamente no sentido de formar uma noção do eu. A atividade intelectual é de natureza sensorial e motora, ela percebe o ambiente e age sobre ele, por isso é importante que o bebê desde os primeiros dias de vida receba estimulação visual, auditiva, tátil, tenha possibilidades

para se locomover e uma variedade de objetos para manipular, Piaget, considerava essa estimulação essencial ao desenvolvimento da inteligência e mantinha uma posição interacionista.

### 2.2.2 Período Pré-operacional (2-7 anos)

Ao se aproximar dos 24 meses a criança estará desenvolvendo ativamente a linguagem, o que lhe dará possibilidades de, além de utilizar a inteligência prática decorrente dos esquemas sensoriais-motores formados na fase anterior, iniciar a capacidade de representar uma coisa por outra, ou seja, formar esquemas simbólicos.

Teremos, então, uma criança que a nível comportamental atuará de modo lógico e coerente, em função dos esquemas sensoriais-motores adquiridos na fase anterior, e que ao nível de entendimento da realidade estará desequilibrada, em função da ausência de esquemas conceituais.

### 2.2.3 Período das Operações Concretas (7-11,12 anos)

Observa-se um crescente incremento do pensamento lógico. A realidade passará a ser estruturada pela razão e não mais pela assimilação egocêntrica. Assim, a tendência lúdica do pensamento será substituída por uma atitude crítica. A criança percebe-se como um indivíduo entre outros, como elemento de um universo que pouco a pouco passa a se estruturar pela razão.

### 2.2.4 Período das Operações Formais (12 anos em diante)

O sujeito será capaz de formar esquemas conceituais abstratos como amor, justiça, democracia, entre outros; e realizar com ele operações mentais que seguem os princípios da lógica formal. Com isso adquire capacidade para criticar os sistemas sociais e propor novos códigos de conduta. Constrói seus valores morais, torna-se

consciente do seu próprio pensamento. Portanto, ao adquirir estas capacidades o indivíduo atingiu sua forma final de equilíbrio.

### **2.3 Educação Infantil como direito: novas concepções, novos desafios**

Segundo o Ministério da Educação e dos Desportos, o novo paradigma do atendimento à infância, teve início em 1959 com a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e serviu como referencial para os movimentos sociais de “luta por creche” direcionando a mudança de pensamento que via a creche e pré-escola como um favor aos menos favorecidos socialmente. Tornou-se um direito de todas as crianças, independentemente da classe social a que pertencem.

Esse direito social destinado a essa faixa etária, concretizado também na Constituição de 1988, obrigou o Estado a reconhecer a Educação Infantil como dever. Participaram também desse processo: movimentos comunitários, movimentos de redemocratização do país e de mulheres, além, principalmente das lutas dos próprios profissionais da educação. (BRASIL, MEC,2009).

A Lei n 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) regulamenta a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, introduzindo várias mudanças, entre elas, a integração das creches com a pré-escola nos sistemas de ensino. Dessa forma as instituições educacionais passaram a ter mais estímulo e autonomia, principalmente na organização de um currículo flexível com uma pluralidade de métodos pedagógicos.

Diante de todas essas mudanças, a Educação Infantil está passando por um grande processo de revisão de concepções sobre a educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas que favorecem as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças. Para o MEC, tem sido prioridade as discussões sobre como orientar o trabalho junto às crianças de até três anos em creches e como garantir práticas junto às crianças de quatro e cinco anos que se articulem, mas não antecipem processos do Ensino Fundamental. (BRASIL, MEC, 2009).

Apesar das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, terem sido elaboradas anteriormente, serviu como fonte principal para os sistemas de ensino na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de propostas pedagógicas, pois os princípios dessas Diretrizes não perderam a validade, e sim, tornaram-se mais necessárias diante de novos desafios que surgiram para a Educação Infantil exigindo uma nova reformulação e atualização dessas Diretrizes.

Respondendo a estas preocupações, a Coordenadoria de Educação Infantil do MEC estabeleceu, com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), convênio de cooperação técnica na articulação de um processo nacional de estudos e debates sobre o currículo da Educação Infantil, que produziu uma série de documentos, dentre eles “Práticas cotidianas na Educação Infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares” (MEC/COEDI,2009a). Esse processo serviu de base para a elaboração de “Subsídios para as Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica” (MEC,2009b), texto encaminhado a este colegiado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação (BRASIL/ MEC, 2009, p. 2).

Sendo assim as instituições de Educação Infantil, são espaços de educação coletiva fora do contexto da família e fazem parte de um projeto de sociedade democrática e como está na Constituição Federal de 1988 (art. 3º, inciso I) desempenham responsabilidades na construção da personalidade da criança de maneira que a mesma, almeje uma sociedade livre, justa, solidária, e esteja orientada socioambientalmente. Todas essas funções contribuem como forma da aprendizagem da cidadania.

### 3 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Historicamente o homem vem procurando formas diversificadas para organizar-se. Ao analisarmos tais mudanças e seus impactos sobre a sociedade, observou-se que até metade do século XVIII as organizações desenvolveram-se lentamente. Os modelos organizacionais e administrativos tradicionais que baseavam-se principalmente nos princípios de comando e controle, de hierarquia, da divisão do trabalho e da especialização do trabalhador, lentos e pesados, geraram fortes resistências à criatividade, à inovação e à flexibilidade.

De acordo com Matos, (1980, p.11):

A busca da eficácia das organizações vem sendo, hoje, preocupação dominante não só para empresários e administradores, como também para filósofos, cientistas, políticos e para todos os que se preocupam com melhores condições de vida para a sociedade.(MATOS, 1980, p.11).

A grande organização passou a ser o ponto principal de referência no contexto contemporâneo, e vem a ser um composto dinâmico, mecanismo do qual resultam trabalho, utilidade e bem-estar.

Para Maximiliano, 2000, a gestão participativa é uma filosofia ou doutrina, o qual a tomada de decisão e a participação das pessoas no processo é valorizada.

Diante de tantas contribuições quanto ao processo de organização e administração, analisa-se a democratização da gestão da educação no Brasil, presente na legislação regulamentada, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394/96), que coloca pela primeira vez a gestão democrática do sistema educacional como um princípio na forma da lei.

A partir da Lei 9.394/96, a educação brasileira passa por mudanças no âmbito nacional, estadual e municipal com a perspectiva de aumentar o acesso, evoluir a qualidade do ensino de maneira que ocorra o processo de descentralização da gestão escolar. Tais fatores demonstram que começam a serem modificadas, embora lentamente, as práticas pedagógicas e a organização da escola.

A superação dos procedimentos tradicionais e a quebra de paradigmas, já são vistos como alguns avanços significativos. Outros fatos importantíssimos que

acontecem atualmente nas escolas é a participação da comunidade na seleção de diretores, a implantação dos organismos colegiados e conselhos escolares, com poder deliberativo, decisório e de controle dos recursos financeiros, tudo isso têm servido como obstáculo de práticas de interesses opostos corporativos com objetivos pessoais.

Conforme Luck (1998, apud Oliveira, Vieira e Sousa ), iniciou-se no começo da década de 1980 o movimento em favor da descentralização e da democratização da gestão das escolas públicas e concentrou-se em três vertentes básicas da gestão escolar: participação da comunidade escolar na seleção dos diretores da escola; criação de um colegiado (conselho escolar) que tenha tanto autoridade deliberativa quanto poder decisório; repasse dos recursos financeiros às escolas e, conseqüentemente, aumento de sua autonomia.

Esse processo de democratização da educação e da gestão fundamentou-se nos movimentos sociais reivindicatórios do período pós Governo Militar e tornou-se um dos princípios da educação na Constituição Brasileira de 1988. Com isso surge uma maneira de se resgatar o caráter público da administração. Com a gestão democrática a sociedade civil, restabelece o controle sobre a educação e a escola pública, promovendo eleições de dirigentes e dos conselhos escolares, de forma que a sociedade possa expressar-se, através da criação de organismos coletivos e de lutas por melhores condições materiais, pela aquisição e manutenção dos equipamentos escolares, bem como por salários dignos para todos os profissionais da educação.

Atualmente a gestão democrática da escola pública precisa estar dentro das práticas sociais, pois muito deverá favorecer para a consciência democrática e participação de todos no interior da escola. E embora esta conscientização de participação, não tenha obtido grande êxito na luta por uma escola de qualidade, ao menos terá a chance de organizar-se inserindo uma nova cultura na escola. Esse compromisso permitirá condições essenciais para os sujeitos e os coletivos se organizarem pela efetividade do direito fundamental: acesso e permanência das classes populares na escola pública.

Segundo Dewey (apud OLIVEIRA, VIEIRA e SOUSA, 2003, p.65), a sociedade democrática necessita de uma educação que desperte nos indivíduos o

interesse pelas relações sociais e pelo controle, na busca de mudanças sociais sem que ocorra a desordem.

Para Apple e Beane (apud OLIVEIRA, VIEIRA e SOUSA, 2003, p.65), as escolas democráticas focam em sete preocupações básicas: liberdade de pensamentos; credibilidade na capacidade individual e coletiva das pessoas na resolução de problemas; o uso da reflexão e análise para avaliar idéias, problemas e políticas; preocupação com o bem-estar dos outros e com o “bem comum”;

A escola é um espaço importante no processo de integração da comunidade porque veicula conhecimentos, os quais devem ser o resultado da recreação e da interação dinâmica do saber escolar associado ao saber que os alunos levam para a escola. Por isso, é muito importante que os pais dos alunos e a comunidade se integrem aos diversos espaços, participando do processo educacional.

O convívio democrático e participativo na escola é um processo desafiador, que se constrói a cada dia, envolve toda comunidade escolar e suas relações com o ambiente externo. A conduta e os cuidados que devem ser dispensados às crianças e aos adolescentes e os direitos e deveres dos agentes escolares, estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no regimento escolar, consolidam princípios e regras de convivência democrática e participativa. Participar deste processo é propiciar ações cidadãs.

Mas para exercer a cidadania, faz-se necessário a intervenção de uma gestão democrática e participativa, no intuito de constituir um compartilhamento cidadã, tanto na busca das soluções de problemas como na tomada de decisões, o que irá influenciar diretamente.

Percebe-se que os gestores escolares precisam desenvolver competências para superar barreiras entre a teoria e a prática, renovando sua forma de participação coletiva. Para que essas mudanças significativas ocorram no sistema escolar, deve-se contar com uma gestão mais democrática onde todos tenham oportunidade de a construção do Projeto Político Pedagógico até sua execução no cotidiano escolar.

Na gestão democrática, faz-se necessário a participação ativa da comunidade, desde a partilha do poder através da descentralização, até o momento de serem tomadas decisões importantes que irão influenciar no cotidiano da escola, na consecução de resultados que acomodem a satisfação de todos os membros que compõem a comunidade escolar.



Segundo Rodrigues (1993), a educação é um instrumento que possibilita ao cidadão, membro de uma sociedade, criar condições adequadas para uma vida digna, de modo que desenvolva suas capacidades naturais, intelectuais e profissionais, para que, assim, tenha condições suficientes para exercer sua função nesta mesma sociedade.

A Educação Infantil deve atuar no sistema aberto, ou seja, que propicie ao aluno um crescimento e aprendizado coerente com sua realidade, na construção de um mundo mais justo, ético, atendendo aos direitos da criança e do adolescente (ECA, 1990), propiciando aos alunos sua emancipação pessoal e social, para isso a proposta pedagógica deve desenvolver a aprendizagem da cidadania de maneira lúdica utilizando jogos e brinquedos, psicodrama, projetos ecológicos como ao passeio ao zoológico, reciclagem de lixo e alimentação escolar natural.

A Educação Infantil deverá desenvolver no aluno a capacidade de construir e reconstruir conhecimentos, ou seja, desenvolver a sua autonomia, a própria cidadania. Talvez esteja aí, no desenvolvimento da autonomia a principal razão da formação humana nas escolas. De acordo com as ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, SEDUC, 2011, é função sociopolítica e pedagógica dessa etapa da educação, desempenhar um papel que:

[...] oferecem condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais; assumem a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e do cuidado às crianças com as famílias; possibilitam tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas; promovem a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais, no que se refere ao acesso a bens culturais e possibilidades de vivência da infância; constroem novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômico, ético-racial, de gênero, regional, linguístico e religioso. (ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, SEDUC, 2011, p.12).

Educar para a cidadania, significa capacitar os alunos às novas necessidades de uma sociedade globalizada, educá-los para compreender a diversidade cultural e respeitar o próximo, conhecer e cobrar os seus direitos e cumprir com seus deveres. Somente quando houver mudanças nos valores, na ética, na valorização dos interesses coletivos, é que o indivíduo poderá ter consciência de sua capacidade de transformar o mundo. E essas mudanças devem partir da Educação Infantil, como ambiente de emancipação e formação da cidadania.

### 3.1 A motivação e afeto numa educação participativa

Para Wallon (1981,1989) a afetividade encontra-se no centro de sua teoria psicogenética, em relação a formação humana e quanto ao aspecto cognitivo. Para ele, o ser humano não pode ser estudado de forma isolada.

Assim, por exemplo, o egocentrismo não pode ser vinculado apenas ao desenvolvimento cognitivo, mas deve ser atrelado ao desenvolvimento afetivo como forma de manifestação do drama do “eu” na busca de sua própria identidade. Nessa perspectiva, Wallon considera que o desenvolvimento acontece de forma integrada, englobando os vários campos funcionais nos quais se atribui a atividade infantil (afetivo, motor e cognitivo). (PROPOSTA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA EFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2009, p.22).

É de grande importância a relação entre o afeto e a motivação no ambiente escolar, ambos são elementos indissociáveis e necessários na interação social. VIGOTSKY(2003), também concorda com as relações entre as dimensões cognitiva e afetiva no aspecto psicológico do ser humano. Para ele, os sentimentos são utilizados pelo professor de forma grandiosa para a educação das reações.

Os atores escolares devem colocar a afetividade como um dos elementos principais na formação dos educandos. Principalmente na Educação Infantil, por favorecer a formação de cidadãos, felizes, éticos, seguros e capazes de manter relações positivas, com os grupos os quais estão inseridos. O educador infantil, ao dar carinho e aproximar-se da criança, sabendo ouvi-lo, passa a valorizá-lo e dar acesso a comunicação no ambiente escolar.

A afetividade está ligada a motivação e a partir do momento em que o professor utiliza essa estratégia, passa a motivar a criança contribuindo para com a autoestima e o processo de ensino aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças na Europa, dentre elas: o feudalismo para o capitalismo favoreceram o surgimento das fábricas e a entrada da mulher no mercado de trabalho. Isso interferiu na maneira de educar e cuidar de suas crianças pequenas, que eram educadas por suas famílias e aprendiam tradições, normas e regras.

As mães trabalhadoras das fábricas, tiveram que recorrer, a outras mulheres que não trabalhavam fora, as chamadas “mães mercenárias”. Essas cuidavam de seus filhos em troca de dinheiro. Muitas vezes as crianças sofriam maus tratos e até espancamentos. Só depois surgiram outros tipos mais formais como: creches, escolas maternais e jardins de infância, que embora fossem voltados ao assistencialismo pela questão dos cuidados, físicos, tinha sentido pedagógico desde o princípio. Mas, somente na metade do século XIX, tornaram-se instituições de ensino.

O Brasil se espelhou nos países europeus, mas iniciou com a finalidade assistencialista. Auxiliavam as mulheres trabalhadoras, viúvas desamparadas e os órfãos. Alguns segmentos da sociedade, empresários, religiosos e educadores pensaram em um lugar onde as crianças fossem cuidadas evitando assim o alto índice de mortalidade infantil, desnutrição e acidentes domésticos. Foram criadas creches para os pobres, jardins de infância, mas criticadas por alguns, por terem semelhanças com as instituições européias.

A história da Educação Infantil brasileira, tem passado por diversas mudanças. Do assistencialismo à função educativa, foi necessário lutar em prol de uma legislação que reconhecesse a criança como cidadã desde o nascimento, passando a vê-la como sujeito de direitos, dentre eles o direito a uma Educação Infantil de qualidade. Hoje ela participa de ambientes de socialização, construindo amizades, brincando, utilizando objetos, observando, experimentando, questionando, e descobrindo suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura.

Dentro da análise dos aspectos significativos, numa gestão democrática e participativa na Educação infantil, tivemos alguns avanços na trajetória dessa modalidade escolar, dentre eles destacam-se as contribuições e modificações das

Leis nacionais como a Constituição de 1988, que obrigou o Estado a reconhecer a Educação Infantil como dever, a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº 9.394/96), que regulamentou a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica.

A integração das creches à pré escola nos sistemas de ensino, promovendo mais autonomia na organização de um currículo flexível com a pluralidade de métodos pedagógicos. A Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB nº20/2009 e a Resolução nº5, de 17 de Dezembro de 2009), tem orientado os sistemas de ensino na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de propostas pedagógicas. É evidente que existem muitos desafios a serem conquistados, referentes a uma Educação Infantil de qualidade, mas devemos reconhecer, que as conquistas estabelecidas nesse contexto histórico, poderão contribuir como forma da aprendizagem da cidadania.

A criança nasce cidadã, mas necessita da participação de mediadores para a compreensão do processo de aprendizagem da cidadania. Para Kramer (2002), a escola promove esse processo, quando garante a estes cidadãos os conhecimentos produzidos historicamente e os orientam na formação simultânea de indivíduos, críticos, criativos e autônomos, com capacidade de atuar e transformar o meio o qual estão inseridos.

A vida na Educação Infantil intervém na formação do cidadão, pelas relações existentes, e dessa forma a escola poderá organizar-se através da construção do Projeto Político Pedagógico, atribuindo um espaço para que os alunos possam vivenciar a experiência da responsabilidade, do diálogo, do debate, da confrontação com os outros.

Elas devem participar das regras da organização das bibliotecas, dos museus escolares, dos eventos, da criação de um jornal, de livros de poesia, desenhos, pinturas, do psicodrama de um tribunal de julgamento entre colegas. Essas são atividades que propiciam a vivência dos direitos e deveres dos cidadãos autônomos. A busca da melhoria na qualidade da Educação Infantil não deve ser apenas de interesse do governo, mas sim, fazer parte do projeto de emancipação da maioria da população brasileira, inclusive de todos os gestores comprometidos no cumprimento dos direitos da criança.

Através da presente pesquisa, conclui-se que a Educação Infantil funciona como alicerce na formação do cidadão, procurando cumprir as funções sociopolítica e pedagógica, que lhes são atribuídas pela sociedade. O tema é abrangente e permite outras problemáticas, favorecendo o conhecimento e a importância dos gestores escolares, envolverem-se e refletirem sobre, a construção da cidadania iniciada na Educação Infantil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Estatuto da Criança e do adolescente**. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA-SP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.349/96, de 20 de dezembro. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Desporto. Parecer CNE/CEB N°20/2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Desporto. CNE/CEB Resolução nº5, de 17 de Dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Departamento de políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Políticas de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1993.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

FREINET, Célestin. **O Método Natural** (vol. I, II, III). Tradução de Franco de Souza e Maria Antonieta Guerreiro. Lisboa: Editorial Estampa, 1977 (a, b e c).

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 1996.

KRAMER, Sônia. (Org.). **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. 14.ed. São Paulo: Ática, 2002.

LATAILLE, Yves. Piaget, Vigotsky, Wallon; **Teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo; Summus, 1992.

LIMA, Lauro de Oliveira, **Porque Piaget?: a educação pela inteligência**. Petrópolis, Rj: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **A política da pré-escola no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1994.

\_\_\_\_\_. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil**. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza: SEDUC, 2011.

\_\_\_\_\_. **Para onde vai a Educação?** Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

OLIVEIRA, E.C; VIEIRA, M.D.C; SOUSA, M.M. **Gestão de recursos humanos na escola**. Fortaleza: UECE, 2003.

PASCHOAL, J. D. e MACHADO, M. C. G. A História da Educação Infantil no Brasil: Avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Artigo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, p.78-95,mar.2009 - ISSN: 1676-2584. 78. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05\\_33.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf)> Acesso em: 15/out/2011

**Proposta Pedagógica de Educação Infantil.** Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza: SME, 2009.

PIAGET, Jean. **A noção de tempo na criança.** Rio de Janeiro; Record, 1977.

RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola:** o transitório e o permanente na educação. 9 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.